

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.420.323 - DF (2018/0340628-1)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : GERVASIO CARDOSO VIEIRA
ADVOGADO : GABRIELA ALVES MENDES VIEIRA - DF052627
AGRAVADO : RAFAEL LUZ DE LIMA
ADVOGADOS : LEANDRO OLIVEIRA GOBBO - DF030851
RAFAEL LUZ DE LIMA E OUTRO(S) - DF045214

DECISÃO

Trata-se de agravo, interposto por GERVASIO CARDOSO VIEIRA, desafiando decisão que inadmitiu recurso especial, este fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra v. acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, assim ementado:

PROCESSO CIVIL. DIREITO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ANULATÓRIA. CONTRATO DE COMPRA E VENDA. VEÍCULO. USADO. PRELIMINARES. REJEITADAS. JUSTIÇA GRATUITA. NÃO CONCEDIDA. FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA. PRESENTE. MÉRITO. PRINCÍPIO DA BOA-FÉ. VÍCIO REDIBITÓRIO. COMPROVADO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. PRESENTES. SENTENÇA REFORMADA.

I. Os artigos 98 a 102 do novo Código de Processo Civil disciplinam a gratuidade de justiça, estabelecendo, inclusive os requisitos para sua concessão. As referidas normas, contudo, devem ser interpretadas em consonância com o artigo 5º, LXXIV, da Constituição da República, que é norma hierarquicamente superior e que determina a efetiva comprovação da necessidade, daqueles que pleitearem o benefício.

II. Não infringe o artigo 489, §1º, 371 e 11 do Código de Processo Civil a fundamentação sucinta que indica claramente o entendimento do magistrado.

III. A inobservância ao dever de lealdade, devidamente engendrado no princípio da função social do contrato, cujo principal desiderato é a relação de cumplicidade e de boa-fé que deve existir entre os contratantes, impõe a anulação do negócio jurídico, quando existir vício redibitório devidamente comprovado; devendo as partes retornarem ao status quo ante.

IV. Apesar de plenamente possível a venda de veículo oriundo de leilão, deve-se dar a possibilidade de escolha ao comprador, ante a possível depreciação do bem a depender das características que o levaram à venda do antigo proprietário. (e-STJ, fl. 458)

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, o recorrente aponta ofensa aos arts. 7º, 11, 223, 435, 489, § 1º e 1.022, parágrafo único, II, do NCPC, bem como divergência jurisprudencial.

Sustenta, em síntese, além de negativa de prestação jurisdicional, a preclusão da perícia juntada aos autos, porquanto não se trata de documento novo.

É o relatório,

Decido.

A irresignação não procede.

Inicialmente, não prospera a alegada ofensa aos arts. 489, § 1º e 1.022, parágrafo único, II, do NCPC do Código de Processo Civil, tendo em vista que o v. acórdão recorrido, embora não tenha examinado individualmente cada um dos argumentos suscitados pela parte, adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia.

É indevido conjecturar-se a existência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado apenas porque decidido em desconformidade com os interesses da parte. No mesmo sentido podem ser mencionados os seguintes julgados: AgRg no REsp 1.170.313/RS, Rel. Min. **LAURITA VAZ**, DJe de 12/4/2010; REsp 494.372/MG, Rel. Min. **ALDIR PASSARINHO JUNIOR**, DJe de 29/3/2010, AgRg nos EDcl no AgRg no REsp 996.222/RS, Rel. Min. **CELSO LIMONGI** (Desembargador convocado do TJ/SP), DJe de 3/11/2009.

Além disso, no que tange à tese de descabimento da juntada da perícia em questão, concluiu a Corte *a quo*:

Ainda quanto a omissão o embargante indica que a admissão de prova extemporânea ofendeu aos artigos 7º, 11 e 435 do Código de Processo Civil e ainda o artigo 5º, LV da Constituição da República, também aqui não há ofensa aos citados artigos ou omissão deste Colegiado. Ora, foi devidamente oportunizada a manifestação do embargante quanto aos documentos juntados, considerando que apesar de haver alguns documentos sobre a temática aventada, estes serviram tão somente para ratificar o já exposto pelo embargado, isso porque o laudo foi disponibilizado em fevereiro de 2018, mesmo a perícia tendo sido realizada em meados de 2017, tendo sido juntado e-mails comprovando a

indisponibilidade destes antes da data juntada.

Art. 435. É lícito às partes, em qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados ou para contrapô-los aos que foram produzidos nos autos.

Parágrafo único. Admite-se também a juntada posterior de documentos formados após a petição inicial ou a contestação, bem como dos que se tornaram conhecidos, acessíveis ou disponíveis após esses atos, cabendo à parte que os produzir comprovar o motivo que a impediu de juntá-los anteriormente e incumbindo ao juiz, em qualquer caso, avaliar a conduta da parte de acordo com o art. 5º. (fl. 527)

Dessa forma, depreende-se que o aresto recorrido encontra-se em sintonia com a jurisprudência do STJ, segundo a qual, é admissível a juntada de documento em outras fases do processo, até mesmo na via recursal, desde que respeitado o princípio do contraditório e inexistente a má-fé ou intenção de surpreender o juízo.

Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU DO RECURSO ESPECIAL E NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DA DEMANDADA.

1. Para alterar as conclusões contidas no decisum e acolher o inconformismo recursal no sentido de verificar se os documentos a que se refere o Tribunal local são considerados novos ou não, bem assim se foram considerados para a resolução da controvérsia, seria imprescindível a incursão no conjunto fático e probatório dos autos, providência que atrai o óbice estabelecido pela Súmula 7 do STJ.

Precedentes. 1.1. Ademais, a jurisprudência desta Corte Superior admite a relativização da regra do artigo 396 do CPC/73 (atual 434 do CPC/15), predominando o entendimento de que, inexistindo má-fé ou intenção de surpreender o juízo, é possível a juntada de documentos aos autos a qualquer tempo, desde que não sejam os indispensáveis para a propositura da ação e que tenha sido respeitado o contraditório. Precedentes.

2. Agravo interno desprovido."

(AgInt nos EDcl no REsp 1788165/MA, Rel. **Ministro MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 02/09/2019, DJe 06/09/2019 - grifou-se)

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. JUNTADA POSTERIOR DE DOCUMENTOS. REGRA DO ARTIGO 396 DO CPC/1973. MITIGAÇÃO. PRECEDENTES.

1. A jurisprudência desta Corte admite a relativização da regra do artigo 396 do Código de Processo Civil de 1973, predominando o entendimento de que, inexistindo má-fé ou intenção de surpreender o juízo, é possível a juntada de documentos aos autos a qualquer tempo, desde que não sejam aqueles indispensáveis para a propositura da ação e que tenha sido respeitado o contraditório.

2. Agravo interno não provido."

(AgInt no REsp 1608723/MG, Rel. **Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/11/2016, DJe 25/11/2016 - grifou-se)

Ademais, para infirmar as conclusões expostas no aresto recorrido, como ora postulado, no sentido de averiguar se o documento em comento é novo ou não, seria imprescindível a incursão no conjunto fático e probatório dos autos, providência que atrai o óbice estabelecido pela Súmula 7 do STJ.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Com supedâneo no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários advocatícios devidos à parte recorrida de 11% sobre o valor da condenação para 12% sobre o respectivo valor.

Publique-se.

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019.

Ministro RAUL ARAÚJO
Relator